

A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM LOMBA GRANDE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: A PRÁTICA DAS AULAS ESCOLARIZANDO AS COMUNIDADES RURAIS

JOSÉ EDIMAR DE SOUZA*¹

Introdução

Este estudo compreende parte de uma pesquisa mais ampla, em desenvolvimento no curso de doutorado. Objetiva reconstruir práticas de escolarização constituídas no espaço rural de Lomba Grande, nas primeiras décadas do século XX, especialmente aquelas que remetem a evidência das aulas, conhecidas também como escolas isoladas – pioneiras das escolas primárias. Além disso, pretende-se conhecer um pouco mais sobre o funcionamento deste tipo de escola, que para a grande maioria da população rural, ainda continua sendo a forma possível de contato com o mundo escolarizado.

A história da educação, orientada pela perspectiva da história cultural, tem evitado demarcações rígidas, preferindo explorar a diversidade de elementos empíricos em *locus* específicos sem, obviamente, deixar de lado o contexto temporal. A história regional, por exemplo, representa um campo empírico rico, ainda não suficientemente explorado entre nós, como é o caso de pesquisas mais aprofundadas sobre o ensino público em horizontes rurais – objeto do qual também se tratará neste estudo.

Lomba Grande² até 1940 pertencia a São Leopoldo, como 6º Distrito. Dessa forma, ao investigar os primórdios do ensino público nesta localidade no primeiro quartel do século XX, recorre-se a relação “global/local” (BURKE, 2005), das políticas educacionais na caracterização do contexto histórico e educacional.

Este texto está organizado em três partes além da introdução. A primeira seção atenta sobre os usos da memória (oral e escrita) que também orientam análise dos documentos aqui investigados. Em seguida realiza-se a estruturação e reconstrução do contexto de ensino público em Lomba Grande a partir da evidência das aulas isoladas. E o último tópico,

¹ *Graduado em História. Mestre e Doutorando em Educação pela UNISINOS com bolsa CAPES/Proex. Especialista em Educação pela Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha. Integra os grupos de pesquisa: História, Política e Gestão da Escola Básica – UNISINOS; Educação no Brasil: memória, instituições e cultura escolar – UNISINOS e Grupo Historia y Prospectiva de la Universidad Latinoamericana - HISULA- COLCIENCIAS – UPTC – Colômbia.

² Atualmente é um bairro do município gaúcho de Novo Hamburgo, localizado na micro-região do Vale dos Sinos. Limita-se com Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha Gravataí, Ivoti, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Taquara. (SOUZA, 2012). Situado aproximadamente a 50 km da capital Porto Alegre.

apresenta as reflexões construídas até o momento destacando o papel importante que esta instituição desempenhou para escolarizar uma parcela importante da população em nosso país, especialmente neste lugar.

Escolhas teóricas e metodológicas

[...] um documento é dado como documento histórico em função de uma determinada visão de uma época. Isso introduz no conceito de documento um dado importantíssimo: o documento existe em relação ao meio social que o conserva. (KARNAL; TATSCH, 2012: 21).

O que torna um documento relevante é a análise que se faz dele, não o documento em si. São as perguntas que o pesquisador elabora e as lentes que utiliza para analisar teórico e epistemologicamente que possibilitam recompor cenários vividos a partir de vestígios e dos instrumentos escolhidos pelo investigador. A história sendo uma prática não é a simples fala nobre de uma interpretação desencarnada e desinteressada, pelo contrário ela é sempre mediatizada pela técnica, pelas lentes curiosas do investigador no processo de transformação entre o documento e sua construção. (DOSSE, 2004).

Metodologicamente as pesquisas que dão suporte a essas reflexões foram desenvolvidas utilizando-se a História oral como metodologia, complementadas por documentos cedidos e/ou consultados no arquivo do Instituto Estadual Madre Benícia³ e os relatórios anuais da administração municipal de São Leopoldo (1899 a 1940), no Museu Visconde de São Leopoldo.

A História Oral, como todas as metodologias, estabelece e ordena procedimentos de trabalho, funcionando como ponte entre teoria e prática, sendo apenas capaz de suscitar, jamais solucionar questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer respostas. Pois, apenas a teoria da história conseguirá responder a problematização construída, sendo que é a teoria que oferece os meios para refletir sobre o conhecimento, embasado no trabalho dos historiadores (AMADO; FERREIRA, 2002).

Compartilha-se, nesta pesquisa, a perspectiva teórica da história cultural, pois tem esta abordagem “[...] por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e

³ O nome “Madre Benícia” deu-se apenas em 1947 por Decreto 2253, de 25/1/47. (Novo Hamburgo, 1946: s/p).

momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”. (CHARTIER, 2002: 16-17).

Quanto aos estudos de memória, é necessário registrar que não sendo a História, é um dos seus indícios, que pode ser transformado em documentos e de que se serve o historiador para produzir leituras do passado, do vivido pelos indivíduos, daquilo de que se lembram e se esquecem a um só tempo, produzindo no presente determinadas versões do passado. Prins (1992) complementa quando afirma que toda história depende de seu propósito social, e a história oral é a que melhor reconstrói as particularidades triviais das vidas das pessoas comuns.

Thomsom (1997) e Amado (1995) argumentam que a experiência como prática vivida, que remete a concretude da experiência de um indivíduo ou de um grupo social, constitui um substrato da memória que se reelabora constantemente, ou seja, nunca termina. As narrativas, segundo Amado (1995), retratam um cenário considerando que ao trazer o passado até o presente, o recria-se à luz do presente, ao mesmo tempo em que o projeta-se no futuro. Stephanou (2011), sobre isso afirma: escrevemos e dizemos o que pensamos ter vivido, o que pensamos ter sentido, o que imaginamos ter experimentado. A memória, portanto, constitui-se em uma dentre as muitas possibilidades interpretativas para se ler a realidade - neste estudo - os primórdios do ensino público primário em Lomba Grande.

A cultura representa um conjunto de significados partilhados e construídos para compreender e conhecer um pouco sobre a evidência das Aulas nas comunidades rurais, como prática que caracteriza o contexto do ensino público primário no Brasil no início do século XX. Neste sentido, as práticas são criadoras de formas apropriadas pelas quais os sujeitos “inventam uma cultura escolar”, desse modo, a partir das memórias⁴ sobre as aulas questiona-se: como o ensino público foi constituindo-se em Lomba Grande? De que modo a comunidade se articulou para que houvesse escola para os filhos dos colonos?

Aplica-se nesta investigação, além da história oral a análise documental sob a ótica da História Cultural (CHARTIER, 2002). Para Mogarro (2005) a instituição escolar constitui o universo de uma cultura própria e sedimentada historicamente, sendo também produtora dos

⁴ Utilizam-se fragmentos de memórias da professora Maria Gersy Höher Thiesen e do professor Sérgio José Scherer e da professora Telga Bohrer. Estes professores, sujeitos entrevistados para pesquisa de mestrado desenvolvida entre 2010 e 2011, na UNISINOS, são identificados conforme termo de consentimento assinado. Mais detalhes sobre a trajetória profissional destes sujeitos ver Souza (2012).

traços, documentos dessa cultura. Estes documentos configuram e caracterizam o patrimônio educativo de cada instituição, bem como o espaço físico em que foi produzido.

A análise de documentos estrutura-se a partir de Bacellar (2011) especialmente quanto à reconstrução do contexto e significado que necessitam ser considerados na produção de um trabalho de História. Apóia-se ainda em Corsetti e Luchesi (2010), quando se referem aos documentos históricos que nos chegam do passado plenos de jogos de sentidos, devem ser desestruturados e reorganizados. A análise cuidadosa deve colocar em questão suas condições de produção. Gil (2010), apoiada em Chartier complementa que nenhum texto mantém uma relação transparente com a realidade, há de se considerar as relações e circunstâncias de sua construção, enquanto possibilidade interpretativa.

O cruzamento que se estabelece, entre os dados obtidos através da análise dos documentos de um arquivo escolar, permite realizar correlações estreitas entre as diversas informações, revelando um elevado índice de coerência e lógica internas para a compreensão da organização e funcionamento da instituição escolar que os produziu. (MOGARRO, 2005). Complementa a autora, apoiada em Chartier, 1998 e 1994, a análise desses documentos e a comparação que se estabelece entre as informações permite conferir sentido ao passado e compreender também a constituição e consolidação de uma cultura escolar, na teia de relações que ela estabelece com as outras culturas presentes na sociedade.

Práticas de escolarização em comunidades rurais: As diferentes categorias de aulas

As Aulas, organizações institucionais que foram pioneiras das escolas primárias da atualidade, nas palavras de Gil e Caldeira (2011), caracterizavam o cenário educacional entre os séculos XIX e início do XX, instaladas nos espaços urbanos, rurais e distritais. As escolas isoladas em relação aos Grupos escolares preponderaram na história da educação pública. Funari e Zarankin (2005: 136) complementam que “[...] *aulé* é o pátio onde se discute e aprende”, portanto, a constituição de um espaço “qualificado” para este tipo de instituição, em Lomba Grande vai começar a se constituir apenas na década de 1950 do século XX.

Com as aulas ou cadeiras isoladas de ensino de primeiras letras, herança do período pombalino, não existia de fato a “escola” como um espaço específico destinado ao fazer educacional, ou instrucional, conforme compreendemos contemporaneamente. (CURY,

2010). A abertura cultural no Brasil, no que se refere à história dos processos de escolarização pelas aulas, deu-se a partir do reformismo pombalino. A intervenção pombalina, no contexto da modernidade européia, pretendia combater o “Ratio Studiorum”, optando pela instalação de “Aulas Régias⁵”, com o fim de substituir, em outras bases filosóficas e curriculares, o trabalho dos jesuítas. (SAVIANI, 2010).

A Lei das Escolas de Primeiras Letras, aprovada em 15 de outubro de 1827 foi à primeira tentativa de organizar a escola pública. Esta Lei orientava uma instrução primária gratuita e estendida a todos os cidadãos. O objetivo era ensinar a população a ler, escrever, as quatro operações, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica. Contudo, esta lei não chegou a ser efetivada, pois o Ato Adicional de 1834 colocou o ensino primário sob a jurisdição das províncias.

Na segunda metade do século XIX, começam a surgir as primeiras escolas de instrução primária. Elas se orientavam pelos moldes das práticas e da organização da instrução primária no município da Corte. Boto (2010), argumenta que a instrução pública desenvolvida neste período garantiria elevada aspiração patriótica, moralidade, bem estar dos cidadãos e desenvolvimento de uma elite de acúmulo dos “maiores cabedais”.

No século XX, durante a Primeira República no Brasil, inúmeras foram as iniciativas para reformar as políticas educacionais. A opção de transplantar e reproduzir modelos já existentes em outros países parece ter sido a escolha mais acertada. Do ponto de vista cultural, os reformadores⁶, não puseram seus olhares para além da Europa e dos Estados Unidos.

Se entre o século XVI e XVII as políticas educacionais associam-se a uma “educação pública religiosa”, está concorrerá à instalação de uma educação “educação pública estatal” que se inicia no Brasil a partir do século XVIII. (SAVIANI, 2010: 15). A história da educação em Lomba Grande está associada a “*Gemeideschule*”⁷, escolas comunitárias cujo

⁵ As Aulas Régias eram dadas na casa do próprio professor e apenas eventualmente aproveitou-se um prédio anteriormente ocupado pelos jesuítas ou outro local de ensino. Para Cardoso (2009) não era necessário um edifício escolar para que a escola existisse, esse aspecto aparecerá, principalmente, com o aparecimento dos Grupos Escolares.

⁶ Inácio Filho e Silva (2010) analisam as reformas educacionais engendradas na Primeira República, a partir dos seus propositores: Benjamim Constant (1891), Epiácio Pessoa (1901), Rivadávia Correa (1911), Carlos Maximiliano (1915) e João Luiz Alves (1925).

⁷ Sobre a casa escola e/ou escola familiar ver Arendt (2008) e sobre as escolas comunitárias ver Kreutz (2001).

principal objetivo era ensinar a “ler, escrever e contar”. Ao lado desta, a escola isolada parece ter preponderado em todo o Vale dos Sinos. A Aula, (particular, municipal, estadual ou subvencionada) garantiu uma formação básica para a comunidade até os anos 1950.

Investigando os primórdios do ensino público no Vale dos Sinos, Lomba Grande durante muitos anos foi distrito de São Leopoldo. Mesmo que a escola não contemplasse a maioria da população em idade escolar, no século XX, o Estado do Rio Grande do Sul ocupava o 5º lugar no ranking das províncias brasileiras (com 92 escolas e 3543 alunos), perdendo apenas para Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. O quadro estatístico, publicado pelo Governo do Estado em 1921, indica que 94,60% de pessoas sabiam ler e escrever. Além disso, em 1851, o relatório sobre a instrução, salientava que na colônia de São Leopoldo havia 22 escolas primárias, freqüentadas por 816 alunos (SOUZA, 2013).

Em 1923, a área territorial de São Leopoldo compreendia 122.490 ha. distribuída administrativamente em 8 distritos. A intendência municipal, através de convênios e subvenções procurava atender a região com diferentes escolas mistas, procurando suprir a carência dos colégios e dos grupos escolares.

As escolas de caráter público pretendiam suprir as fendas que permeavam as escolas e colégios étnicos. Dessa forma, as escolas multisseriadas predominavam no contexto do ensino no país. Nestas escolas, geralmente, os alunos não ultrapassavam os três primeiros anos de escolarização. Em Lomba Grande, entre 1900 a 1940 havia Aulas Isoladas Municipais, Estaduais, Federal ou Particular. Elas poderiam ser Subvencionadas ou não. A subvenção poderia ser municipal, estadual, federal e/ou complementada de modo particular (privado). Em alguns casos as subvenções eram complementadas, por exemplo, quando a subvenção estadual não supria a demanda de abertura de aulas em todo território do município de São Leopoldo. O quadro a seguir recupera os diferentes tipos de aulas:

Categorias de Aulas Públicas em Lomba Grande (1900-1940)

Categoria	Subvencionada	Região
Aula Comunitária Evangélica	Municipal	Sede
Aula Comunitária Católica	Municipal/ Estadual	Sede
Aula Pública	Federal/Estadual	Sede
Aula Isolada Municipal	Municipal e Estadual	Sede/Morro dos Bois/Taimbé/São João do Deserto
Aula Isolada Estadual		Sede/

		Santa Maria do Butiá
Aula Federal	Estadual	Sede/São João do Deserto
Aulas Reunidas	Municipal e Estadual	Sede
Aula Particular	Municipal	Sede

Elaborado pelo autor, especialmente para este estudo.

As Aulas, neste distrito rural situavam-se na sede, região central e também nas localidades diferentes do interior de Lomba Grande. E as classes eram mistas e/ou de um único sexo. A história do ensino público⁸ em Lomba Grande relaciona-se as escolas comunitárias do século XIX. A Comunidade Evangélica de Lomba Grande foi fundada em 08 de fevereiro de 1842 e sabe-se que desde 1834 em um antigo prédio, que servia as pregações dos “cura de almas”, também acontecia alfabetização dos filhos dos colonos. Entre 1842 a 1846, João Michel Paul-Gaspar foi professor na escola comunitária da comunidade evangélica⁹. Além disso, Bohrer (2010), ao rememorar o tempo de escola de sua avó “*Hermínia Felipina Bomm*”, aluna da Escola da Comunidade Evangélica entre 1885 a 1895 relata que ela utilizava uma cartilha de gramática e de calcular¹⁰, provavelmente Hermínia foi aluna do professor reverendo Ernst Klohs.

Sobre as aulas públicas federais Thiesen (2010) rememora a existência da Aula de seu pai professor Höher, no interior das localidades, “[...] o pai ficava afastado semanas e seguia diferentes caminhos à cavalo [...]”. Ela ainda recorda que esperava ansiosa pelas histórias que o pai costumava contar quando chegava a sua casa! Nesta Aula Gersy aprendeu as primeiras letras, e nesse lugar também, se percebeu professora pela primeira vez. Ela recorda que havia muita disciplina e respeito ao professor. Era necessário levantar a mão e aguardar sua vez para falar, conta que havia muitos alunos, uns auxiliavam os outros e todos demonstravam muito interesse pela aprendizagem. (SOUZA; GRAZZIOTIN, 2012).

Em 1940, as Aulas Mistas passaram à jurisdição de Novo Hamburgo e constituíram-se em Aulas Reunidas N° 5, com a parceria das instituições: municipal e estadual. Nesse sistema de cooperação, o município responsabilizava-se pelo pagamento do aluguel do prédio – salão paroquial da Igreja São José - e o Estado com o erário docente. (SOUZA, FISCHER, 2012).

⁸ Público, nesse contexto, é de aberto ao público, em contraposição à educação doméstica. (Mendonça, 2010, p.43). Neste estudo se observa os primórdios de constituição de uma escola pública do Estado.

⁹ Müller (s/a) e no jornal O 5 de abril (1940).

¹⁰ Kreutz (2002) indica a utilização da *cartilha Neuestes ABC – Buchstabier – um Lesebuch zunächst die Kolonie Von S't Leopoldo* (o mais novo abecedário para aprender a soletrar e a ler na colônia de São Leopoldo), impresso a partir de 1832 e utilizado pelos professores nas escolas comunitárias.

As escolas reunidas previstas em legislação específica poderiam ser criadas nos lugares que devido à densidade da população houvesse mais de duas escolas isoladas. (TEIVE; DALLABRIDA, 2011).

Quanto as Aulas municipais, e que existiam no interior de Lomba Grande, rememora Sérgio (2010), havia na localidade do Morro dos Bois algumas aulas de instruções isoladas em que os familiares “*pagavam algumas moedas pra ensinar os filhos deles*”. A comunidade sentia a falta de uma escola pública. Então, Dona Hilda procurou a prefeitura municipal de São Leopoldo e solicitou autorização para iniciar uma escola pública que iniciou com 29 alunos, em 1933. A inauguração desta Aula, rapidamente absorveu os alunos da escola que existia anteriormente, pois “[...] *existia uma escola [...] particular, de um tal de Manequim Inácio. Então, como esta pessoa não era muito bem quista, se envolveu em muitos casos de namoro [...]*”. (SCHERER, 2010).

Essa conduta moral caracteriza uma das práticas que esperava-se do professor primário, que desenvolvesse a educação das crianças pelo seu próprio exemplo moral de civilidade, pois o professor deveria ser o primeiro a ter em seu corpo as marcas de civilidade impressas, pelo exemplo, pela paciência e afetividade. (CUNHA, 2009). O professor, contido e recatado seria os representantes legítimos na constituição dos valores morais “[...] construtores da Nação [...] propagava [...] qualidades morais (boas maneiras, bons antecedentes, bons hábitos [...]) o que comporiam a figura do(a) professor(a) e dariam um sentido nobre à profissão docente”. (CUNHA, 2009: 239).

Quando a escola delimita um espaço ela requer determinados comportamentos e atitudes geradoras de valores. Os rituais escolares codificam determinações implícitas, no interior das quais vigoram os gestos que se ajustam as finalidades consignadas. (FERNANDES, 2005). Dessa forma, a escola com um lugar planejado no espaço, formado por uma estrutura arquitetônica, dentro da qual têm lugar práticas vinculadas ao processo de ensino do saber “legítimo”. (FUNARI; ZARANKIN, 2005: 138).

As Escolas Isoladas, instaladas nas zonas rurais e nos bairros populares, foram responsáveis pela escolarização de uma significativa parcela da população brasileira. No entanto, foi a Escola Isolada, multisseriada e unidocente, a que permaneceu sendo, durante muitas décadas do século XX, o tipo predominante de escola pública primária no Estado.

Considerações finais

Sobre a difusão da escolarização primária no Brasil, é comum focalizarmos as primeiras décadas republicanas e principalmente a criação dos Grupos Escolares¹¹ para caracterizar o contexto de modernização da nação. Escola para os seus, sempre foi uma reivindicação dos primeiros habitantes de Lomba Grande, mesmo que esta escola não associasse o viés democrático, tão caro no século XXI. Funaru e Zarankin (2005), apoiando-se em Trilha, 1985 e Vinão Frago; Escolano, 1998 esclarece que a escola com lugar físico específico e organizado por meio de estruturas arquitetônicas é algo muito recente, começa a surgir a partir do século XIX e coincidem com o estabelecimento de uma escola pública e gratuita.

Investigar a escola primária em Novo Hamburgo, especialmente a presença do ensino público em regiões rurais de colonização germânica é reconhecer o processo e evolução do sentido que o público adquire no sistema de governo republicano. (SAVIANI, 2010). Com intuito de identificar a presença das políticas de ensino das aulas (escolas) municipais exige reconhecer que até a década de 1940, a ação do governo municipal estava vinculada muito mais as políticas dos Estados Federados, do que uma ação local de constituição das políticas educacionais. A ação conjunta da administração municipal com o governo Estadual e também federal, através de subvenções permite identificar, mesmo que timidamente, o acesso a escola pública pela população rural.

As Aulas Isoladas, tanto as Federais quanto as municipais e as subvencionadas estaduais junto com as Aulas da Comunidade Católica e Evangélica favoreceram para que este bairro rural ingressasse na modernidade pedagógica. Além disso, se a alfabetização, com os imigrantes alemães representava certa autonomia para o conhecimento das escrituras bíblicas, no início do século XX a ampliação desta prática deveria garantir a máxima do republicanismo e contribuir para elevar o nível cultura da população.

Referências

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História**, São Paulo, 14, p. 125-136, 1995.

¹¹ Sobre este assunto ver Benconstta (2009).

_____; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ARENDDT, Isabel. **Educação, religião e Identidade étnica**: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Oikos, 2008.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Org.). **História e memórias da educação no Brasil**, vol. 3: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 68-76.

BOHRER, Telga. **Entrevista oral sobre a trajetória de vida e docente em classes multisseriadas em Lomba Grande**. Entrevista concedida a José Edimar de Souza. Novo Hamburgo, 21 de abril de 2010 e 21 de maio de 2010.

BOTO, Carlota dos Reis. Pombalismo e Escola de Estado na História da Educação Brasileira. In: SAVIANI, Dermeval. (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010, p. 107-152.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As Aulas Régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Org.) **História e memórias da educação no Brasil**, vol. 1: século XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 179-191.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude; trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

CORSETTI, Berenice.; LUCHESE, Terciane Ângela. Educação e instrução na Província do Rio Grande do Sul. In: GONDRA, José Gonçalves.; SCHNEIDER, Omar. (Org.). **Estado e instrução nas províncias e na corte imperial**. Vitória: EDUFES, 2010, p. 453-485.

CUNHA, Maria Tereza Santos. Saberes impressos escritas da civilidade e impressos educacionais. (Década de 1930 a 1960). In: YAZBECK, Carolina; ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. (Orgs.). **Cultura e História da Educação**: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa, Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009, p. 233-251.

CURY, Cláudia Engler. Desafios da Pesquisa com Cultura Escolar na Documentação da Parahyba Oitocentista. In: VIDAL, Diana Gonçalves.; SCHWARTZ, Cleonara Maria. (Org.). **História das Culturas Escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010, p. 37-58.

DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**; trad. Fernanda Abreu. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004.

FERNANDES, Rogério. Cultura de escola: entre as coisas e as memórias. **Pro-Posições**, v. 16, n. 1(46), p. 19-39, jan./abr., 2005.

FUNARI, Pedro Paulo.; ZARANKIN, Andrés. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. **Pro-Posições**, v. 16, n. 1(46), p. 135-144, jan./abr., 2005.

GIL, Natália de Lacerda. Os limites das estatísticas educacionais por aqueles que as produziram. In: XAVIER, Libânia.; TAMBARA, Elomar.; PINHEIRO FERREIRA, Antônio Carlos. **História da Educação no Brasil: Matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI**. Vitória: EDUFES 2010, p. 193-217.

_____.; CALDEIRA, Sandra. Escola Isolada e Grupo Escolar: a variação das categorias estatísticas no discurso oficial do governo brasileiro e de Minas Gerais. **Estatística e Sociedade**, Porto Alegre, p. 166-181, n. 1 nov. 2011.

INÁCIO FILHO, Geraldo; SILVA, Maria Aparecida da. Reformas Educacionais Durante a Primeira República no Brasil (1889-1930). In: SAVIANI, Dermeval. (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010, p. 217 – 250.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi.; LUCA, Tânia Regina(Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 9-29.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, p. 159-177, 2001.

_____. Um pastor elaborando e imprimindo material didático: desvio de função? In: BASTOS, Maria Helena Câmara.; TAMBARA, Elomar.; KREUTZ, Lúcio. (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Seiva, 2002.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-Posições**, v. 16, n. 1(46), p. 103-116, jan./abr., 2005.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. A Reforma Pombalina dos estudos menores (1759-1794) e o processo de profissionalização dos professores secundários no mundo luso-brasileiro. In: SILVA, Regina Helena.; CORREA, Rosa Lydia Teixeira.; MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos.(Orgs.). **História da Profissão docente no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010, p.37-58.

MÜLLER, Osvald Henrich.[Usenraud]. **Der erste Schullerer in Lomba Grande – Michael Paul-Gaspar**. Arquivo Visconde de São Leopoldo. Fundo: Educação e Colégios. Grupo: caixa 1. Assuntos Escolares. 1 folha. S/a.

O 5 de Abril. **A Instrução em Lomba Grande. Inauguração do prédio reformado – Caixa Escolar – Assistencia Sanitaria e Dentaria – Outras Notas**. Ano XIV, n. 18, Novo Hamburgo, 02 de ago. de 1940.

PRINS, Gwyn. História Oral. In BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**; tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Universidade, 1992.

SAVIANI, Dermeval. O Estado e a promiscuidade entre o público e o privado na história da educação brasileira. In: SAVIANI, Dermeval. (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010, p. 17-44.

SCHERER, Sérgio José. **Entrevista oral sobre a trajetória de vida e docente em classes multisseriadas em Lomba Grande**. Entrevista concedida a José Edimar de Souza. Novo Hamburgo, 21 de abril de 2010 e 03 de maio de 2010.

SOUZA, José Edimar de. **Memórias de professores: histórias de ensino em Novo Hamburgo/RS (1940-2009)**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

_____. Escola Pública Primária em Campo Bom. **Jornal O Fato**. Sapiranga, p. 4-4, 22 de fev. 2013.

_____.; FISCHER, Beatriz T. Daudt. **Memórias do ensino em Novo Hamburgo: documentos e acervos (1940-2009)**. NH na Escola, Novo Hamburgo, p. 2-2, 25 out. 2012.

_____.; GRAZZIOTIN, Luciane S. Santos. **Memórias evocadas:** imagens recompondo as aulas isoladas em Novo Hamburgo/RS (1913 a 1952). Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online), v. 4, p. 652-674, 2012.

STEPHANOU, Maria. Nem uma coisa, nem outra ou nenhuma. Re invenções e reminiscências escolares. A modo de prefácio. In: FISCHER, Beatriz T. Daudt. **Tempos de escola – Memórias** (Org.) São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2011.

TEIVE, Gladys Mary Ghizone; DALLABRIDA, Norberto. **A escola da república:** os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

THIESEN, Maria Gersy Höher. **Entrevista oral sobre a trajetória de vida e docente em classes multisseriadas em Lomba Grande.** Entrevista concedida a José Edimar de Souza. Novo Hamburgo, 21 de abril de 2010 e 10 de maio de 2010.

THOMSOM, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, 15, p. 51-84, abr. 1997.